



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **A COMUNIDADE DE ITAMBI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITABORAÍ (RIO DE JANEIRO): CONTRADIÇÕES, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS**

Yana dos Santos Moysés  
Doutoranda em Geografia da UFF  
yanasmoyes@hotmail.com

A comunidade de caranguejeiros de Itambi, localizada nos mangues da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim, no Município de Itaboraí, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, será transferida para um conjunto habitacional, o qual está inserido em um projeto do PAC do município de Itaboraí, às margens da BR- 493, futura via do Arco Metropolitano.

Ao mesmo tempo, se instala no município o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro, o qual viabilizará o Arco Metropolitano e também está inserido em uma obra do PAC.

Esse artigo analisará então as políticas públicas que atualmente impactam o território de vida da Comunidade Itambi – a saída da comunidade dos mangues e a entrada do COMPERJ. Em outras palavras, analisaremos a *des-re-territorialização*<sup>1</sup> da Comunidade de Itambi, que ultrapassa a perda do território em sua dimensão material, buscando-se considerar outras racionalidades a partir das perspectivas, desejos e necessidades da população comunitária, grupo diretamente atingido pelas políticas públicas de desenvolvimento em andamento no município de Itaboraí.

Não se pretende aqui, baseando-se em Souza (2000a) fazer um receituário ou um esquema pretensamente universal, já que somente o debate sobre a realidade entre os caranguejeiros de Itambi tem a capacidade e responsabilidade de orientar na intervenção sobre o real (p.85). Procura-se aqui propor e alertar para as contradições e riscos embutidos nas políticas feitas por outros grupos que não sejam os diretamente envolvidos nestas, assim como perceber a transparência dessas políticas públicas que envolvem os moradores da Comunidade de Itambi e se essas contribuirão para uma melhor qualidade de vida e mais justiça social para essa população.

### **Comunidade de Itambi e seu território atual**

---

<sup>1</sup> Entende *des-re-territorialização* a partir de Haesbaert (2004).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Os habitantes da Comunidade de Itambi, localizados especificamente na chamada Bacia, em Itambi, distrito de Itaboraí, são, predominantemente, catadores de caranguejo, e vivem em casas próprias, muito simples, em ruas não asfaltadas, de onde são vistos os barcos normalmente parados à beira do rio, por detrás das casas. O local se caracteriza por um ambiente familiar, em que todos se conhecem e vários possuem algum parentesco. A tranquilidade e a segurança local são sempre ressaltadas nas falas dos moradores.

Os caranguejeiros também não saem de suas casas para a venda do caranguejo ou do pescado, sendo a comercialização realizada na própria Bacia. No fim da rua, há um estabelecimento comercial. Observa-se, em frente a esse estabelecimento, a partir das observações nas diversas visitas realizadas em pesquisas anteriores e pela fala dos próprios moradores, uma grande mangueira, que se caracteriza como um local de encontro tanto dos moradores como de pessoas de outras localidades que vão para a Bacia comprar caranguejo.

Além da mangueira verificam-se nos quintais dos moradores plantações de abacate, laranja, goiaba, manga, banana, milho e aipim, assim como criações de pato, galinha e porco. Em seus horários de lazer, os moradores da comunidade se encontram frequentemente na rua, onde as mulheres normalmente ficam em frente de suas casas conversando uma com as outras e cuidando dos seus filhos e dos filhos de outras moradoras que não estão presentes. As crianças normalmente estão brincando, principalmente no campo de futebol. Outro ponto também destacado nas falas dos moradores, principalmente pelas mulheres, é o campeonato de futebol que ocorre uma vez por ano no local e que, segundo elas, é freqüentado por pessoas de toda a região para participar e assistir.

Em outro trabalho, em 2008, verificou-se o sentimento de apropriação e identificação com os mangues nas falas de alguns habitantes da comunidade. Além disso, identificou-se que os catadores relacionam diretamente a preservação desse ecossistema com a conservação de suas atividades e acreditam contribuir para a manutenção desse sistema. Compreende-se assim que a manutenção dos habitantes da Comunidade de Itambi nos mangues é de fundamental importância para a conservação



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

desse ambiente, bem como o fato de a sobrevivência dessa comunidade de catadores depender da conservação dos manguezais (MOYSÉS, 2008).

Entretanto, além da instalação do COMPERJ e os seus previsíveis impactos negativos nos manguezais, essa comunidade sairá do território que vive atualmente para um conjunto habitacional, o qual está inserido em um projeto do PAC do município de Itaboraí, juntamente com outras famílias residentes na Rua Levi Barroso e Vila do Campo, às margens da BR- 493, futura via do Arco Metropolitano.

### **As múltiplas dimensões da saída da Comunidade de Itambi dos mangues da APA de Guapimirim: contradições e conflitos**

A pesquisa com a Comunidade de Itambi foi iniciada em março de 2007. Desde dessa época, a instalação do COMPERJ já era foco de discussão tanto em Itaboraí como em outros municípios do estado do Rio de Janeiro. Os caranguejeiros de Itambi, em alguns dos seus relatos, se preocupavam com a entrada dos investimentos do complexo na região; entretanto, apenas no final do ano de 2007 escutei rumores sobre o desmonte da comunidade “em prol do desenvolvimento”. Vale ressaltar que naquele momento os moradores por mim entrevistados na localidade evitavam falar a respeito dessa provável mudança, e a comunidade, nitidamente, silenciava sobre o assunto.

Nesse mesmo período, tive o conhecimento do primeiro documento oficial registrado nessa pesquisa que constatou a saída dessa comunidade dos mangues para o conjunto habitacional, o parecer técnico 52/2007 APA-Guapimirim (13 de dezembro de 2007), o qual dizia que a transferência estava associada à construção de uma estrada principal de acesso e de outros acessos secundários que serão construídos e/ou recuperados para viabilizar o transporte de equipamentos e matéria prima até o COMPERJ. Por esse documento, o espaço onde, atualmente, os caranguejeiros vivem, serviria, em parte, para as obras do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro e a comunidade irá residir em apartamentos e não em casas como moram atualmente. No parecer técnico destacamos que:

(...) segundo a presidente da Associação de moradores da Bacia, a maioria das pessoas está satisfeita com a implantação do projeto, pois trará uma boa qualidade de vida para todos, haverá uma recuperação ambiental (como cita o projeto) (...). Fomos informados de que apenas uma minoria de moradores está insatisfeita, isto é, são contrários a residir em apartamentos como prevê o projeto. (p.2)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

No segundo semestre de 2008, toda a comunidade já falava mais abertamente sobre esse assunto. Os moradores afirmavam que foram apenas comunicados de sua saída, não tido acesso às informações e nenhuma participação assim na decisão desse projeto. As queixas dos moradores eram diversas e em todos os depoimentos observaram-se insatisfações, receios e medo. Além disso, Dona M afirmava que já haviam sido informados pelos gestores do conjunto habitacional do PAC (pedagogo, assistente social e arquiteto e urbanista) que eles já estavam proibidos de fazer novas construções. Como exemplo, me citava seu filho que acabara de casar e não tinha onde morar com a mulher, me mostrando os materiais de construção que o filho já havia comprado para levantar uma casa ao lado da sua.

Já no segundo semestre de 2009, as obras do PAC já eram visíveis em Itambi, principalmente na Bacia. Os ônibus já não entravam mais na vila, passando apenas na BR-493. A obra do Centro Comunitário já havia começado e a creche e o posto de saúde do conjunto habitacional já estavam prontos em outubro daquele ano.

As justificativas para a saída da Comunidade de Itambi nesse momento eram diversas. Em uma entrevista realizada com o chefe da APA de Guapimirim no dia 03 de novembro de 2009, um dos motivos seria a “autodeclaração da comunidade”, já que ele afirma que teria visitado a comunidade no fim de 2007 e que eles na época teriam se posicionado a favor.

Além disso, os gestores do conjunto habitacional do PAC afirmam, em entrevista direta, que nenhuma obra do COMPERJ passará pela área da Bacia, assim como o chefe da ESEC da Guanabara que afirma que a Petrobras teria lhes enviado uma planilha com todas as suas intervenções e que nessa não constaria nenhuma intervenção de infraestrutura na Bacia. A assistente social e o pedagogo do conjunto habitacional do PAC afirmam ainda nem saberem da existência do parecer citado anteriormente.

Já o chefe da APA de Guapimirim, também em entrevista direta, afirma que esse parecer teve “valor mínimo” e que a saída da comunidade se deve a um projeto antigo da Prefeitura de Itaboraí, mas que, com certeza, a chegada do COMPERJ na região teria acelerado a execução desse projeto, já que segundo ele, “qualquer obra que ocorre hoje



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

na região está diretamente ou indiretamente relacionada com o pólo petroquímico” (entrevista realizada em 03/11/2009).

No decorrer dessa pesquisa, até setembro de 2009, os moradores da Comunidade de Itambi informavam que consultores os visitavam falando a respeito de indenizações para a mudança do local. A última empresa que teria entrado em contato com eles, segundo os próprios moradores e os gestores do Conjunto Habitacional do PAC, seria a empresa PLANAVE<sup>2</sup>. Em entrevista com o arquiteto e urbanista responsável pelo PAC, realizada no dia 28 de setembro de 2009, ele afirmava já ter orientado aos consultores da PLANAVE para não falarem mais sobre indenizações, já que este seria um “assunto extremamente delicado”; contudo, afirmou também que o Arco Metropolitano se resumiria à duplicação da via e que não haveria nenhum corte entrando em comunidades.

Dessa maneira, os gestores do PAC não associam em suas falas a saída da comunidade com o COMPERJ, atribuindo a diversos outros motivos que vão desde a proteção ambiental até as questões assistencialistas. Segundo esses gestores, a comunidade abriga um lugar impróprio, de risco e sem infraestrutura e, dessa maneira, a mudança desta para o conjunto habitacional é visto de maneira positiva. A assistente social afirma que “lá eles vivem em uma miséria, e em uma pobreza, lá eles não tem nada, aqui eles terão tudo” (16 de setembro de 2009).

Os chefes da APA de Guapimirim e da ESEC da Guanabara ainda relacionam a saída da comunidade com o COMPERJ, porém de uma maneira um pouco diferente. Eles afirmam que o Conselho da APA de Guapimirim foi expressamente contrário ao COMPERJ. O conselho foi “uma das poucas instituições que se manifestaram expressamente contrárias ao COMPERJ; fomos derrotados junto com o Ministério Público, que foi outra instituição que também se manifestou contra”. O gestor da APA de Guapimirim continua assim sua reflexão:

(...) dentro desse conjunto do COMPERJ que a gente tá tendo que corrigir e trabalhar por algo que não acreditamos e achamos que *tá* errado, então a estratégia é, vamos reduzir o mal, é um mal inevitável, a gente vê que tem poucas coisas positivas, pouquíssimas (...) a gente vê como positiva a realocação daquela comunidade pela auto-declaração que foi manifestada para nós (Chefe da APA de Guapimirim, 03/11/2009).

---

<sup>2</sup> Está localizada na cidade do Rio de Janeiro e é especializada na prestação de serviços de Consultoria e Engenharia. (Disponível em: <<http://www.planave.com/index.htm>>, Acesso em 20 de março de 2010).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A partir dessa visão, os gestores suspeitam que “seria pior se eles permanecessem onde estão”. Afirmam ainda que, por uma “perspectiva histórica e por outras histórias”, certamente a chegada do COMPERJ diminuirá a qualidade de vida daquela região e, dessa maneira, não acreditam que aquele estilo de vida tradicional poderá continuar. Seguindo esse raciocínio, a saída da Comunidade de Itambi dos mangues onde se instalou seria uma tentativa de minimizar os impactos na APA de Guapimirim, já previstos. Em outras palavras, como essa comunidade está fadada a “desaparecer” (aqui caberia o termo desterritorialização), pois já é um “fato concreto” a entrada do COMPERJ na região, acabaria se forçando, da mesma forma, a comunidade a se deslocar em um futuro próximo, já que essa certamente perderá os seus referenciais simbólicos e seus recursos materiais de sobrevivência.

A saída da comunidade da APA de Guapimirim seria uma medida para tentar impedir ou dificultar de certa forma que outras populações se instalem nesse local, sendo assim uma medida para minimizar as futuras consequências ambientais, ou seja, no fundo sua preocupação central estaria na proteção da natureza.

De outubro de 2009 até fevereiro de 2010, os moradores continuavam a questionar a saída deles do local e os motivos dessa mudança para o conjunto habitacional. Algumas mulheres afirmavam que não iriam sair, mas segundo elas mesmas, as casas delas seriam derrubadas “mesmo com elas dentro”. Os moradores ainda se queixam das taxas que terão que pagar inclusive a do condomínio do conjunto habitacional. Além disso, a mudança de casa para apartamento, assim como o tamanho dos apartamentos do conjunto, é criticado por todos os moradores entrevistados durante esse período. Os moradores afirmavam que terão que se desfazer de vários móveis, porque eles não caberão no apartamento, lembrando que as novas habitações serão por família, e que existem algumas que são formadas por 5, 6 filhos. C. define os apartamentos como “casinhas de pombo”, acrescentando: “a gente vai criar porco, galinha tudo dentro de caixa” (16/09/2009).

Pontos essenciais e “verdades absolutas” encontrados nas agendas sociais dos gestores do Conjunto Habitacional do PAC e das UCs envolvidas como sendo ideais comuns e almejados por todos divergem de alguns valores, interesses e necessidades,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

ressaltados pelos habitantes da Comunidade de Itambi. A segurança, a convivência, a solidariedade, a sua relação com a natureza exterior, assim como outros referenciais simbólicos os fazem acreditar, nesse momento, que a Bacia seja um dos melhores lugares de se morar na região.

O morador J. acredita que irão perder muitas das coisas que já estão acostumados, dentre as quais a segurança. Ressalta os laços de convivência e solidariedade existentes na comunidade e suas possíveis perdas, assim como a perda de suas referências; “eles deveriam pensar melhor o que estão fazendo conosco, a referência do caranguejo é a Bacia” (16/09/2009). As mulheres observam que irão morar na beira da auto-estrada frente ao alto índice de acidentes que todos sabem possuir aquela região e se mostram preocupadas com as crianças que estão acostumadas a brincar sozinhas. Ressaltam ainda as diversas plantações existentes nos seus quintais, além da criação de certos animais, acrescentando que quando forem desalojados terão que comprar todos os produtos de consumo básico, principalmente os alimentares.

A importância das árvores ultrapassa a necessidade material e também é vista muitas vezes de maneira simbólica. O medo da perda da grande mangueira e de sua representação para a comunidade é salientada em diversas falas: é o lugar da sombra, do encontro, da conversa, onde se come o caranguejo, onde se bebe a cerveja; para muitos, o melhor lugar da Bacia. Além das árvores, os moradores temem pela perda do campo de futebol e áreas comuns de circulação.

As medidas implementadas com “a finalidade do bem” por outros atores sociais para a comunidade (DEMATTEIS, 2008), assim interpretadas pelos gestores do Conjunto Habitacional do PAC no município de Itaboraí e das UCs envolvidas, são assim criticadas pela própria comunidade: “eu acho que eles lá de fora que fizeram esse projeto tem uma visão de miséria pra gente aqui e não é isso, é uma coisa totalmente diferente, todo mundo aqui tem suas casas, todo mundo aqui tem a sua vida, *né*” (Morador J., 16/10/2009).

Da mesma maneira, os moradores criticam o fato de terem que sair do local para a proteção da APA de Guapimirim. Em todas as visitas realizadas na comunidade, eles afirmam não serem os responsáveis pela poluição e desmatamento dos manguezais, lembrando que a subsistência deles está diretamente relacionada aos mangues e que eles



ainda colaboram para a sua conservação, ponto verificado também em trabalho anterior (MOYSÉS, 2008)<sup>3</sup>.

A comunidade, ao questionar o motivo da saída para a proteção da APA de Guapimirim, relaciona-o diretamente com a entrada do COMPERJ na região, identificando assim contradições nesse argumento ao observar que o COMPERJ trará significativos impactos para os mangues:

O COMPERJ vai acabar com o mangue, como é que teve aí o derramamento de óleo aí que teve aí, o trem descarrilou aí, acabou com o mangue, os garotos que ninguém deu uma assistência nenhuma, não recebeu uma indenização nenhuma, foi só 300 reais que eles deram para poder calar a boca dos outros, e acabou, os *freguês* sumiram tudo porque falaram que os caranguejos da gente *tava* tudo contaminado, passamos um *perrengue* e ninguém veio ajudar a gente, ninguém veio ajudar a gente e isso que aconteceu, e eles vão fazer o quê? Acabar de estragar o mangue, depois diz o quê? Que é o caranguejeiro que estraga o mangue, o pescador, como é que vai estragar se é dali que ele arranca o sustento? Ele? A gente vive muito bem, não tem caranguejo, os garotos catam *pet* dentro do mangue pra poder vender, traz, o caminhão pega tudo, de garrafa *pet* pra poder vender, eles ainda tão ajudando, fazendo um favor ainda, o pessoal *tá* revoltado mesmo de ter que sair daqui, ninguém quer sair (Moradora J.A., 11/02/2010).

A população de caranguejeiros, dessa maneira, em suas falas, não acredita que eles sentirão os benefícios divulgados pela Prefeitura de Itaboraí e Petrobras do desenvolvimento via COMPERJ. Ao contrário disso, os moradores de Itambi muitas vezes interpretam que a saída deles dos mangues juntamente com a entrada do COMPERJ no município pode resultar no “desaparecimento” dessa comunidade. Em outras palavras, pela conjuntura maior do processo vivenciado no município (o COMPERJ), a comunidade teme que a perda do território signifique o “fim da comunidade”. Percebe-se que nesse momento entre os moradores da comunidade uma afirmação e uma reivindicação pela identidade territorial (HAESBAERT, 2007a).

Claramente, observa-se também que as justificativas relacionadas para melhoria da qualidade de vida desse grupo não estão de acordo com os desejos e as necessidades da Comunidade de Itambi. Vários moradores levantam que se deveria, de fato, criar condições e investir para que aquela área constitua-se em uma Vila de Pescadores, já que o local, segundo eles, possui condições naturais favoráveis, atividade

---

<sup>3</sup> Foram verificadas em trabalho anterior (MOYSÉS, 2008) atividades dos caranguejeiros que contribuem com a conservação dos mangues da APA de Guapimirim: catam garrafas *pet*, evitam cortar galhos de mudas e novas ramagens, plantam a vegetação de mangue por conta própria, não catam fêmeas e em período de desova, entre outros.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

comunitária, saberes contextuais ambientais úteis tanto às formas produtivas locais, como para a conservação e manutenção dos mangues da APA de Guapimirim. Além disso, já se constitui em um ponto de referência em relação ao caranguejo e com a construção do Centro Comunitário no local fortaleceria ainda mais suas atividades produtivas, sendo ainda um lugar para a venda de artesanatos, já que parte da comunidade já possui práticas nessa atividade.

Essa perspectiva, portanto, baseando-se em Dematteis (2008, p.44), não é um contraste em relação à “evolução dos conhecimentos científicos”, ou seja, “tal evolução” poderia ser combinada com os conhecimentos contextuais locais. A partir da valorização de produções típicas locais se exigiria uma reprodução inovativa das tecnologias que fossem apropriadas às condições e experiências dos lugares. Dessa maneira, permitiria tanto a “evolução de tecnologias” como o estabelecimento de gestões democraticamente mais justas e apropriadas nos diferentes lugares.

Segundo o sítio oficial da Prefeitura de Itaboraí, existe um projeto da prefeitura para transformar o manguezal em atração turística (Disponível em: <<http://prefeitura-itaborai.blogspot.com/2009/07/projeto-da-prefeitura-pretende.html>>). Esse projeto reforçaria ainda mais a permanência dessa comunidade nos mangues da APA de Guapimirim. Ressalta-se que não se defende aqui essa política em nome da Comunidade de Itambi, mas coloca-se uma possibilidade de proposta para o debate, já que, como defendido até aqui, os fins da ação ou intervenção proposta, sob um ângulo autonomista, devem advir de um debate lúcido e democrático com a Comunidade de Itambi (SOUZA, 2004, p.178).

O caráter de uma política de desenvolvimento e sustentabilidade é de fato uma questão de escolhas (ACSELRAD, 2009). O projeto do PAC para a Comunidade de Itambi, assim como a instalação do COMPERJ no município de Itaboraí, pela opinião dos mesmos, parecem não considerarem os traços identitários e simbólicos da comunidade (SAQUET e BRISKIEVICZ, 2009) e a importância do saber local (SOUZA, 2000a).

## **Resistências e a busca por outras racionalidades**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

No início de 2010, os gestores do PAC, segundo os moradores entrevistados, teriam informado que a primeira comunidade a se mudar para o conjunto habitacional seria a Bacia em meados de abril de 2010. Sob receio de serem a primeira comunidade a sair, os entrevistados nesse período afirmavam que estariam se organizando e que a Presidente da Associação dos Moradores já haveria marcado uma reunião para discutir tal questão. O objetivo deles naquele momento era criar uma resistência afirmando que só sairiam quando as outras duas comunidades (da Rua Levi Barroso e da Vila do Campo) saíssem e se as condições dos apartamentos estivessem iguais ao que consta na planta.

Entretanto, até maio do presente ano (2011) a Comunidade de Itambi ainda se encontra nos mangues da APA de Guapimirim. Segundo a Presidente da Associação dos Moradores de Itambi já está definido que a comunidade sairá dos mangues, mas não se sabe mais se irão para o Conjunto Habitacional, já que devido as enchentes na região, várias famílias da Vila do Campo que não estavam previstas que seriam transferidas para o Conjunto Habitacional, ficaram desabrigadas e ganharam preferência na lista dos apartamentos (15/10/2010). A comunidade, assim como a própria presidente, continuam sem saber inclusive os motivos da saída deles dos mangues e ainda afirmam que não querem sair de suas casas.

A presidente acrescenta que “nós não sabemos a força que temos” e que em reuniões com representantes da Petrobras busca as respostas para seguintes indagações: “Quem quer que a gente saia? Por quê? E em que condições?” (15/10/2010).

Observa-se assim que a comunidade tenta estabelecer resistências. A luta pela conquista de mais direitos e liberdades da Comunidade de Itambi é constante. A população comunitária afirma que pela Associação dos Moradores conseguiram luz, coleta de lixo na Bacia e outros benefícios, tais como algumas reivindicações contra a cerâmica existente ao lado da comunidade. Os moradores afirmam que antigamente a cerâmica depositava os restos dos materiais no campo de futebol, alegando que a área que a Comunidade de Itambi habita pertencia à cerâmica. Segundo os próprios moradores, eles encaminharam vários documentos à prefeitura reivindicando essa situação, afirmando ainda que algumas crianças já haviam se ferido e uma gravemente, ficando internada durante três meses. Com isso, conseguiram pela justiça que a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

cerâmica fosse proibida de depositar qualquer material na área em que hoje a população de caranguejeiros ainda vive.

Depois do derramamento de óleo em 2000<sup>4</sup>, o qual teria afetado os mangues de onde a comunidade tira sua subsistência, a população teria se unido e constituído a Associação de Pescadores de Itambi- Itapesca, para que assim pudessem ter mais força política e para que futuros impactos semelhantes a esse fossem contornados com mais rapidez e intensidade.

Em uma reunião do Conselho Gestor da APA de Guapimirim e da ESEC da Guanabara (CONAPAGUAPI), realizada dia 29 de outubro de 2009, com a participação de membros da Associação dos Moradores e da Associação de Pescadores de Itambi, constatou-se que, a partir da reivindicação dessas associações em reuniões anteriores, os membros do conselho estariam entrando em acordo para que os caranguejeiros e pescadores cadastrados da região pudessem realizar suas atividades (cata de caranguejo, siri, pesca...) dentro da ESEC, mesmo que pelo SNUC essa UC seja considerada área de preservação permanente, estando proibida a coleta de componentes dos ecossistemas para quaisquer outros fins que não sejam científicos.

Evidencia-se aqui a falta de clareza da Comunidade de Itambi em relação à sua mudança, dos motivos, dos *meios* e dos *fins*, assim como dos trâmites legais dessa política. Da mesma forma, evidenciou a falta da participação da comunidade em processos decisórios relevantes que interferem diretamente a vida desses indivíduos.

Identificaram-se também algumas estratégias como ofertas de emprego, instalação de creche e posto de saúde que podem atuar como medidas para desestabilizar e enfraquecer a ação política do coletivo (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009) no que parece o principal objetivo da Comunidade de Itambi nesse momento histórico, a permanência em seu território de vida, afetividade e sobrevivência.

Observou-se ainda em trabalho anterior (MOYSÉS, 2010) que não se sabe ao certo se as infraestruturas relacionadas ao COMPERJ afetarão concretamente o território atual da Comunidade de Itambi. Entretanto, percebe-se que a saída dessa comunidade dos mangues está diretamente relacionada com a entrada do COMPERJ

---

<sup>4</sup> O acidente da Refinaria Duque de Caxias, em janeiro de 2000, com mais de 1 milhão de litros de óleo combustível na Baía de Guanabara (SOARES, 2002).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

naquele espaço, seja por uma política ambiental que busca minimizar os futuros danos ambientais do pólo petroquímico ou por uma política de cunho assistencialista como forma de fortalecer a entrada do capital industrial no local.

Observa-se da mesma forma que a política de desenvolvimento via COMPERJ ainda está baseada na redução do conceito de desenvolvimento ao crescimento econômico e modernização tecnológica, a partir de uma concepção de produtividade que é parcial, pois que aumenta a renda financeira em curto prazo diminuindo a produtividade de energia e capital natural local, desmantelando as diversidades culturais (DEMATTEIS, 2008).

Acredita-se, contudo, que a célula possível de pressão que se verifica atualmente na comunidade possa ser fortalecida, frente às outras conquistas políticas da comunidade pelas suas Associações de Moradores e Pescadores. A comunidade parece, nesse momento, estar debatendo e se organizando politicamente na busca de mecanismos para a defesa de seus direitos legítimos, a começar pelo direito de manterem sua identidade (SOUZA, 2004, p.390).

A partir de Souza (2004), baseado em Habermas (1981; 1990), defende-se a importância de um agir comunicativo, expandido o diálogo e “que o autoritarismo, o qual costuma se aninhar mesmo nas relações entre companheiros de causa e luta, seja coerentemente combatido e substituído por debates livres e confrontos abertos de posições e argumentos” (p.337). Sem subestimar a profundidade das contradições e o potencial dos conflitos, acredita-se que se deva ter um compromisso prioritário com a não-violência e o diálogo como meios de resolução de conflitos (p.390-391).

A comunidade, nesse momento, deve criar estratégias a partir do confronto racional de argumentos, demonstrando outras possibilidades de políticas públicas que considerem e valorizem as potencialidades locais, tais como políticas que visem à manutenção da qualidade de vida da Baía de Guanabara, assim como a dos mangues da APA de Guapimirim, que fortaleçam as atividades produtivas locais (a cata de caranguejo, de siri, a pesca), e até que desenvolvam o ecoturismo, o que já se constitui em um projeto da Prefeitura de Itaboraí e a principal possibilidade apontada pela



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Cooperativa de Manguezal Fluminense<sup>5</sup> (HERRERA, FERREIRA e RODRIGUES, 2009). Dessa maneira, os moradores poderiam buscar alianças em outras esferas de poder e organizações em rede com outras comunidades de Itambi e do Brasil que passam por processos semelhantes fortalecendo a luta por uma margem de manobra institucional que permita a sua manutenção nos mangues e a constituição da área da Bacia em uma Vila de Pescadores.

Políticas legítimas e dignas, além de reproduzirem o capital territorial local, não destroem o capital local de outros sistemas ligados por interações materiais e imateriais (DEMATTEIS, 2008, p.43). E pelo *espírito de respeito às diferenças legítimas* pode, ademais, “servir para questionar a legitimidade das próprias regras do jogo econômicas e políticas da sociedade atual” (SOUZA, 2004, p.390).

Ao mostrar a realidade da Comunidade de Itambi procura-se evidenciar aqui a identidade territorial como possibilidade de transformação social, fortalecendo lutas que não necessariamente buscam certos “ideais comuns”. Acredita-se assim que as potencialidades específicas locais deveriam ser potencializadas com a participação dos sujeitos nos processos decisórios nos projetos de desenvolvimento do território em que esses estão inseridos. Procura-se assim fortalecer a luta dessa e de outras populações do Brasil por mais direitos e liberdades. Esse trabalho tenta contribuir dessa forma com a luta pela efetiva justiça social, para a diminuição das desigualdades e para o reconhecimento da diversidade territorial.

### Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, Henri. (org). **A Duração das Cidades: Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p.43-70.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: Alves, Francelino Adilson; CARRIJO, Beatriz Rodrigues e CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (org). **Desenvolvimento territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.33-46.

---

<sup>5</sup> Foi executado pela OSCIP INNATUS (Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável), em parceria com a APA Guapimirim (HERRERA, FERREIRA e RODRIGUES, 2009).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. In: **GEOgraphia**. Ano IX, nº17. Niterói/RJ, UFF/EGG, 2007, p.19- 45.

\_\_\_\_\_. Identidades Territoriais: Entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, Federico Guilherme Bandeira de e HAESBAERT, Rogério (org). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007, p.33-56.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERRERA, Breno; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda e RODRIGUES, Layse. Experiência da Cooperativa Manguezal Fluminense na APA Guapimirim. In: **IV Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS) – Belém (PA)**, 2009.

MOYSES, Yana dos Santos. **A instalação do COMPERJ e des-re-territorialização da Comunidade de Itambi (Itaboraí, Rio de Janeiro): Desenvolvimentos e Sustentabilidades**. Dissertação de Mestrado- Departamento de Geografia. Rio de Janeiro:PUC-Rio, 2010.

\_\_\_\_\_. **A importância da articulação dos conhecimentos científicos e tradicionais para a conservação dos manguezais da APA de Guapimirim**. Monografia (Final do Curso de Oceanografia) – Faculdade de Oceanografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

PREFEITURA DE ITABORAÍ (BLOG OFICIAL). Disponível em:<<http://prefeitura-itaborai.blogspot.com/2009/07/projeto-da-prefeitura-pretende.html>>, Acesso em 20 de março de 2010.

SAQUET, Marcos Aurelio e BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidades e Identidade: Um patrimônio no desenvolvimento territorial. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, nº31, vol.1, 2009.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - APA DE GUAPIMIRIM. Parecer Técnico 53/2007. Guapimirim, 13 de dezembro de 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. O Planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº8, 2000a, p.67-100.

#### **Outras fontes:**

**Apresentação PAC do Município de Itaboraí (POWER- POINT)**, enviada via e-mail pelo Arquiteto e Urbanista em novembro de 2009.

**Memorial Descritivo das Intervenções do PAC**, enviado via e-mail pelo chefe da APA de Guapimirim em novembro de 2009.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

**REUNIÃO do CONAPAGUAPI, 29 de outubro de 2009.**

**Entrevistas:**

**Arquiteto e Urbanista**, Entrevista realizada no dia 28/09/2009.

**Assistente Social**, Entrevista realizada no dia 16/09/2009.

**Pedagogo**, Entrevistas realizadas nos dias, 16/09/2009 e 28/09/2009.

**Chefe da APA de Guapimirim**, Entrevista realizada em 03/11/2009.

**Chefe da ESEC da Guanabara**, Entrevista realizada em 03/11/2009.

**Presidente da Associação dos Moradores de Itambi**, Entrevista realizada 15/10/2010

**A.**, caranguejeiro, 33 anos. Entrevista realizada em 25-11-2007.

**A.O.**, caranguejeiro, 35 anos. Entrevistas realizadas em 20-12-2007 e 13-10-2008.

**C.**, caranguejeiro. Entrevistas realizadas em 25-11-2007, 13-10-2008 e 16-09-2009.

**F.**, caranguejeiro. Entrevista realizada em 04-12-2007.

**J.**, dona de casa. Entrevista realizada em 11-02-2010.

**J.**, Faz artesanatos. Entrevistas realizadas em 27-07-2007, 13-10-2008 e 16/09/2009.

**J.A.**, dona de casa. Entrevista realizada em 11/02/2010.

**J.B.**, dona de casa. Mexe com caranguejo. Entrevista realizada 16/09/2009.

**M.**, dona de casa. Entrevistas realizadas em 27-07-2007, 13-10-2008 e 16/09/2009.

**M.H.**, dona de casa. Entrevista realizada em 11/02/2010.

**P.**, caranguejeiro. Entrevista realizada em 01-12-2007.

**S.**, caranguejeiro. Entrevista realizada em 27-07-2007.